FUNCIONÁRIO PÚBLICO — VENCIMENTOS — NORMA CONSTITUCIONAL APLICÁVEL AOS ESTADOS

— *A Constituição veda as equiparações de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.*

— *Interpretação dos arts. 98 e 108 da Constituição.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado da Paraíba *versus* Aluísio Feitosa de Menezes e outros

Recurso extraordinário n.º 74.565 — Relator: Sr. Ministro
BILAC PINTO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento das notas taquígráficas, por maioria de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.

Brasília, 12 de março de 1973. *Barros Monteiro*, Presidente. *Bilac Pinto*, Relator para o acórdão.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Thompson Flores: Das informações prestadas pelo recorrente no mandado de segurança que ajuizaram os recorridos contra o Secretário das Finanças daquele Estado, destaco a parte que não só resume, com fidelidade, a pretensão,

como as razões que teriam obstado o atendimento.

Ei-las, fls. 474-81:

“Os postulantes pretendem reajustamento de proventos e alegam, para isso, o seguinte:

Que o Estado da Paraíba, com o advento da Emenda Constitucional n.º 1, de 17.10.69, que aboliu em todo o país o sistema de participação dos servidores no produto de arrecadação de tributos, disciplinou através da Lei n.º 3.600, de 14.11.69, a retribuição dos funcionários da Secretaria das Finanças, extinguindo o regime de remuneração, tratado na Lei n.º 952, de 5.11.53, em seu art. 136, cumprindo, assim, a norma constitucional.

Extinto o regime de remuneração, as carreiras de Agente Fiscal de Rendas, foram transformadas na Carreira de Agente Fiscal

dos Tributos Estaduais, compreendendo as Classes A, B e C, com padrão de vencimentos mensais de Cr\$ 500,00, Cr\$ 600,00 e Cr\$ 700,00 — respectivamente.

A lei mandou enquadrar na Classe A os servidores de níveis F-11 e F-12, e na Classe B, os níveis F-13, F-14 e F-15, das carreiras extintas.

Dizem, que a Lei n.º 3.600/69, em seu art. 8.º, estabeleceu diretrizes para ajustar seus proventos ao novo regime de retribuição do pessoal da Secretaria das Finanças, em situação análoga ao pessoal ativo do Fisco Estadual.

Continuam alegando que, no tocante aos padrões de Cr\$ 500,00 e Cr\$ 600,00, mensais, fixados para as Classes A e B, esta Secretaria deixou de cumpri-los em relação aos aposentados impetrantes, continuando a pagá-los na base do padrão antigo, quando não pode ser assim, devendo perceber seus proventos em igualdade de condições com os Agentes Fiscais e Fiscais de Renda de iguais níveis em atividade no data da Lei n.º 3.600/69, pois percebiam o mesmo padrão e o mesmo número de quotas durante todo o período de vigência do sistema de remuneração.

Que procede o direito à percepção do padrão de Classes A e B, em vista do que dispõe o art. 21, da Lei n.º 3.625, de 21.8.70, que diz:

“Estende-se aos servidores civis inativos da Administração Direta do Poder Executivo, salvo os integrantes da Procuradoria-Geral de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado, a majoração de 20% (vinte por cento) de que trata o § 2.º, do art. 18, calculada sobre a parte dos proventos correspondentes ao padrão de vencimentos vigente para o cargo à data da publicação desta lei, observando o disposto no art. 102, da Constituição Federal.”

Por sua vez, o § 2.º, do art. 18, prescreve o seguinte:

“A contar da vigência desta lei, os atuais servidores civis da Administração Direta

do Poder Executivo, salvo os integrantes da Procuradoria-Geral da Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado, terão direito à majoração de 20% (vinte por cento), calculada sobre os seus salários ou vencimentos, respeitado o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.º da Lei n.º 3.600, de 14.11.69.”

Que a Secretaria procedeu nos cálculos de majoração de 20% (vinte por cento) sobre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 600,00, correspondentes às Classes A e B, todavia, não vem efetuando o pagamento do padrão de vencimentos atuais, continuando a efetuar-los aos inativos do Fisco, ora impetrantes, na base do padrão antigo.

Alegam, por fim, que a pretensão não difere da dos antigos Subprocuradores Fiscais, aposentados antes da vigência da Lei n.º 3.600/69, em situação idêntica aos impetrantes, os quais tiveram reconhecido administrativamente seu direito à percepção dos proventos, com base no padrão de vencimentos estabelecido na Lei n.º 3.617, de 29.6.70, e não no padrão do extinto regime de remuneração, não tendo razão, portanto, o Secretário de indeferir o pedido, com base no Parecer do Sr. Procurador-Geral.

Entretanto não há, evidentemente, direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança, como se demonstrará a seguir:

Ao serem extintas as carreiras de Agente Fiscal e Fiscal de Rendas, foram as mesmas transformadas na Carreira de Agente Fiscal dos Tributos Estaduais, por força do disposto nos §§ 2.º e 3.º, do art. 3.º da Lei n.º 3.600/69, que assim preceituam:

“§ 2.º Serão enquadrados na Classe A os ocupantes dos níveis 11 e 12 das carreiras extintas;

§ 3.º Serão enquadrados na Classe B, os atuais ocupantes dos níveis 13, 14 e 15 das carreiras extintas.”

Quando a lei diz, serão enquadrados, refere-se, evidentemente aos funcionários

da atividade, daí ter definido a situação dos funcionários inativos, em seu art. 8.º, que preceitua:

“Os servidores aposentados de acordo com o sistema de remuneração extinto pela presente lei passarão a perceber, mensalmente, o equivalente à média dos proventos recebidos no período de janeiro a outubro de 1969, observado o disposto no § 2.º do art. 102, da Constituição do Brasil.”

É princípio assente na jurisprudência, que:

“A revisão de proventos dos inativos não quer dizer equiparação com aqueles da atividade” (TFR, ac. de 20.8.53, na RT, 240/606).

“Não pode o servidor público, em atividade ou aposentado, reclamar por efeito de nomenclatura nova e mediante alegação de ofensa ao princípio da isonomia, aumento de vencimentos ou proventos. Aplicação da Súmula n.º 339” Supremo Tribunal Federal, ac. de 24.2.70, na RT, 54/384).

Súmula n.º 339: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia” (Referência, vol. 17, páginas 98-122, Direito Administrativo — Direito Constitucional).

A lei, portanto, quando define a situação dos aposentados, não usa a mesma expressão serão enquadrados, deixando claro, que o enquadramento na nova carreira é privativo dos antigos Agentes Fiscais de Rendas, que se encontravam em atividade na data de sua vigência.

É de uma clareza meridiana a Lei n.º 3.600/69, quando estabelece dois sistemas de pagamento distintos para os funcionários ativos e para os funcionários inativos, estando o primeiro consubstanciado no art. 3.º, e o segundo no art. 8.º. Para os da ativa, enquadramento nas Classes A, B e C, com os padrões de vencimentos fixados no § 1.º, do art. 3.º. Para os inativos, o equivalente é média dos pro-

ventos recebidos no período de janeiro a outubro de 1969, sem falar em enquadramento, segundo o art. 8.º.

O Tesouro do Estado, a partir da vigência da Lei n.º 3.600/69, implantou o pagamento dos impetrantes na forma estabelecida no art. 8.º, do citado diploma legal: à média dos proventos recebidos de janeiro a outubro de 1969.

A Lei n.º 3.625, de 31.8.70, em seu art. 21, ao estender o aumento de 20% de que trata o art. 18, da mesma lei, no § 2.º, aos servidores civis inativos da Administração Direta do Poder Executivo definiu a forma do cálculo da majoração:

“a majoração de 20%... será calculada sobre parte dos proventos correspondentes ao padrão de vencimentos vigentes para o cargo à data da publicação desta lei...”

Longe do que pretendem os requerentes, a lei não diz que o aumento de 20% seria calculado sobre o padrão de vencimentos, pois, como aposentados, os impetrantes não tinham nem têm padrão de vencimentos, mas, proventos. O que a lei diz, é que o cálculo de majoração será feito sobre *uma parte dos seus proventos*, indicando, logo a seguir, qual a parte dos proventos — a partes dos proventos correspondentes ao padrão de vencimentos vigentes para o cargo à data da publicação da lei”.

“As concessões de benefícios a funcionários devem ser feitas segundo a literal disposição da lei que os outorga” (Supremo Tribunal Federal, ac. de 7.7.58, no DJ, de 16.3.59, p. 1.201).

O que vale dizer: a base para o cálculo da majoração de 20% dos proventos dos antigos Agentes Fiscais e Fiscais de Rendas foi retirada do padrão de vencimentos dos cargos de Agente Fiscal dos Tributos Estaduais, Classes A e B.

A lei apenas fixou um critério de cálculo para a majoração de 20% dos proventos dos impetrantes. Poderia este critério, ser outro, diferente. O imprescindível era

que a lei fixasse qual o critério para o cálculo da majoração dos proventos.

Por outro lado não tem cabimento a alegação de que os impetrantes fazem jus ao padrão fixado para as classes A e B, tendo em vista o disposto nas Leis n.º 1.851, de 19.9.58 e 3.364, de 29.11.65, porquanto, as mesmas dizem que os proventos serão reajustados na base dos vencimentos do pessoal da ativa, e não que os mesmos terão os seus padrões de vencimentos equiparados aos que estão em atividade.

Quanto a pretendida identidade de situação apontada com relação aos antigos Subprocuradores Fiscais.

Os antigos Subprocuradores, por força do art. 174, letra e, da Constituição do Estado e com a instituição da Procuradoria-Geral (arts. 86 e seguintes), passaram a denominar-se Procuradores da Fazenda.

A Lei n.º 3.625/70, em seu art. 18, § 2.º, estabeleceu que "a contar da vigência desta lei, os atuais servidores civis da Administração Direta do Poder Executivo, salvo os integrantes da Procuradoria-Geral da Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado, terão direito a majoração de 20% (vinte por cento), calculada sobre seus salários ou vencimentos, respeitado o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 7.º da Lei n.º 3.600, de 14.11.69."

Como a mencionada Lei n.º 3.600/70, em seu art. 8.º, definiu o sistema do pagamento dos servidores civis inativos da Administração Direta do Poder Executivo sobre a parte dos proventos correspondentes ao padrão de vencimentos vigente para o cargo à data da publicação da lei, a majoração de 20% dos antigos Subprocuradores Fiscais, aposentados, teria naturalmente que ser efetuada, como determinou o Secretário das Finanças no Processo n.º 23.722/70, com base no padrão de vencimentos dos cargos de Procuradores da Fazenda.

Jamais ocorreu, portanto, a pretensa identidade de situações alegada pelos impe-

trantes, no pressuposto de que o Secretário das Finanças teria determinado não apenas a majoração e proventos dos subprocuradores Fiscais aposentados com base no padrão de vencimentos dos Procuradores da Fazenda, como também o reajustamento do cálculo dos proventos à base do padrão de vencimentos dos Procuradores de Fazenda.

O Secretário das Finanças limitou-se apenas à forma do cálculo de majoração dos 20%, obedecendo, naturalmente, o critério de se tomar por base o padrão de vencimentos dos Procuradores da Fazenda, o que é muito diferente, se dizer que o Secretário das Finanças, ordenou o reajustamento dos proventos dos Subprocuradores Fiscais, com base no padrão de vencimentos dos Procuradores da Fazenda.

Somente o aumento de 20% (vinte por cento) é que foi calculado sobre o padrão de vencimentos dos Procuradores da Fazenda, continuando os proventos dos Subprocuradores Fiscais aposentados, a serem pagos com base no padrão de vencimentos de seus cargos à data da aposentadoria."

Antes argüíra a extemporaneidade da via mandamental adotada, dado que, sendo a lei de 1969, o *writ* só foi ajuizado em agosto de 1971, quando até o prazo administrativo para reclamar estava exaurido.

2. Dissentindo do parecer da douta Procuradoria-Geral do Estado, desprezada a preliminar referida, foi o *mandamus* concedido, em acórdão em 17.12.71, por maioria de votos.

Sua ementa dispõe, fls. 493:

"Mandado de segurança requerido por funcionários aposentados da Fazenda Estadual.

Preliminar de intempestividade, repelida com apoio no Decreto Federal n.º 20.910, de 1932.

Injustos padrões de vencimentos fixados para servidores fora da atividade, com indiscutível prejuízo para os requerentes. Concessão da segurança impetrada."

3. Daí o recurso extraordinário, manifestado às fls. 503-10, invocando as letras *a*, *c* e *d* do art. 119, III, da Constituição.

4. Admitido, após impugnação, pelo despacho de fls. 524-5, ensejou as razões de fls. 526-30 e 533-43.

5. Parecer da douta Procuradoria-Geral da República, nos termos seguintes, fls. 547-9:

“Cuida-se de mandado de segurança que reconheceu a funcionários fiscais inativos o reajuste de proventos em paridade com os novos padrões de vencimentos dos servidores em atividade, segundo a reestruturação dos cargos da carreira. A *v. decisão* (fls. 493) baseou-se, em síntese, na assertiva de que a Lei Estadual n.º 1.851/58 assegura a discutida paridade, tal como se havia de ler nas novas Leis n.º 3.600/69 (que fixou o novo sistema de remuneração dos cargos fiscais, reestruturando-lhes os padrões) e n.º 3.625/70 (que majorou os vencimentos dos servidores públicos do Estado).

2. Rebelou-se o recorrente (fls. 503), na afirmativa de que: a) seria intempestivo o pedido de segurança, pois a Lei n.º 3.600, núcleo do argüido malferimento de direito, data de 14.11.69, e a impetração somente ocorrera em agosto de 1971; b) haveria contrariedade às regras constitucionais proibitivas de equiparações e de proventos superiores à remuneração percebida na atividade; c) e patentear-se-ia o dissídio jurisprudencial, na forma dos precedentes que informam as *Súmula* n.º 38 e 359, em a decisão ter estendido aos aposentados os efeitos da reclassificação dos cargos e dos seus novos padrões de remuneração.

3. No pertinente à intempestividade da impetração, nenhuma consideração merece a irrisignação do recorrente. Contra a lei em tese é que não podiam os interessados suplicar a segurança, senão que no curso de sua execução. Por outro lado, o não haverem postulado administrativamente alguns deles, ou o terem feito, tardiamente, alguns outros, não impedia o cabimento do

pedido, dado tratar-se de direito traduzido em prestações mensais, para o qual, em termos de liquidez e certeza, o mandado não terá efeitos patrimoniais pretéritos, conforme as regras da Lei n.º 5.021/66.

4. Noutro passo, no particular da questão central, concernente à reconhecida parificação de proventos que a antiga lei local autorizava, bem como no ponto da extensão aos inativos dos novos padrões dos cargos reestruturados, ao recurso faltam condições de conhecimento, já que o tema da conferência dos comandos dos arts. 98, parágrafo único, e 102, § 1.º, da Constituição, não foi prequestionado. Tanto assim que o *v. acórdão* nada dispôs sobre a incidência desses comandos ao caso, vendo-se que a questão somente foi aflorada no recurso extraordinário.

5. No entanto, quando o recurso venha a merecer conhecimento, sobremodo a admitir o exame da controvérsia de direito federal a que imputamos e carência de prequestionamento, ter-se-á como recomendável o seu provimento. Com efeito, em casos semelhantes temos opinado, aliás com apoio na jurisprudência corrente, que a vigência das leis, protetoras de equiparações de proventos a vencimentos, forçosamente estancou com o advento da Constituição de 1967. Daí a desvalia da invocada Lei paraibana, n.º 1.851/58, a teor de cujo art. 1.º (fls. 500) a decisão favoreceu os recorridos, na premissa de que os seus proventos haviam de seguir as alterações dos vencimentos básicos da atividade, operadas pelas novas leis de reclassificação dos cargos e de reajustamento geral de vencimentos. Mas, na verdade, essa lei de reclassificação, no particular da inatividade dos servidores fiscais, reajustou-lhes apenas a parcela de remuneração correspondente ao antigo sistema de percentagem — art. 8.º da Lei n.º 3.600 (fls. 528) — sem margem, pois, para que também se lhes estendam agora os vencimentos básicos fixados nos novos padrões dos cargos, senão que com ofensa

aos invocados preceitos constitucionais e discordância com as *Súmulas* n.º 38 e 359.

6. Isto posto, o parecer é contrário ao conhecimento do recurso, se bem que favorável ao seu provimento.

Brasília, 25 de setembro de 1972. *José Fernandes Dantas*, Procurador da República. Aprovo: *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituto."

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): Não conheço do recurso.

2. Fundou-se ele, como fez ver o relatório, nas letras *a*, *c* e *d*, do permissivo constitucional.

Sustenta, no que tange à preliminar de decadência para utilização do mandado, desprezada que foi pelo aresto, teria ele denegado aplicação ao art. 18 da Lei n.º 1.533/51, e dissentido de vários julgados que cita em sua petição recursal, parte dos quais leio, fls. 305-6 (*lê*).

Ademais, admitindo equiparação de vencimentos, teria contrariado o art. 98, parágrafo único, e 102, § 1.º, dissentindo, outrossim, dos enunciados das *Súmulas* n.º 38 e 359, quando fez incidir reclassificações posteriores à inatividade, e com pretenso assento em leis que lhe sucederam.

Por fim, deu aplicação de leis, contestadas, em face da Carta Maior.

3. Penso que incorrem qualquer dos pressupostos argüidos.

Realmente.

No que tange à decadência, é bastante que se considere que a pretensão traduzida em prestações mensais e pela via do mandado, renova-se a cada era de seu pagamento, reabrindo-se, então, o prazo para postulá-la, como reiteradamente tem sido decidido.

É o suficiente para mostrar que viva ainda estava a trilha processual adotada,

revelando-se sem valia os arestos colocados, face aos termos do Regimento Interno, art. 305 (*Súmula* n.º 291).

As demais questões, como bem acentuaram o parecer da Procuradoria-Geral e as razões da recorrente, deixam claras as informações cuja transcrição procedi, vieram ser suscitadas apenas na via extraordinária.

A discussão cingiu-se, então, na exegese atribuída às Lei n.º 3.600/69 e 3.625/70.

O aresto invocou outras, todas estaduais, e através delas é que atribuiu aos recorridos o direito por eles pretendido.

E porque não surgiu até então controvérsia constitucional ou sequer com base em lei federal, o extraordinário não poderia prosperar.

Servem de óbices os enunciados n.º 282 e 285 da *Súmula*.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 74.565 — PB — Rel., Ministro Thompson Flores. Recte., Estado da Paraíba (Adv., José Alves de Oliveira). Recdos., Aloísio Feitosa de Menezes e outros (Adv., Alcino Guedes da Silva).

Decisão: Adiado o julgamento por haver pedido vista o Ministro Bilac Pinto, depois do voto do Relator que não conhecia do recurso. Falou pelos recorridos o Dr. Alcino Guedes da Silva.

Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à sessão os Senhores Ministros Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Subprocurador-Geral da República.

VOTO

O Sr. Ministro Bilac: *Data venia*, do eminente Relator, meu voto é no sentido de conhecer do recurso.

Os impetrantes são Agentes Fiscais e Fiscais de Rendas aposentados no Estado

da Paraíba, dos níveis F-11, F-12, F-13, F-14 e F-15.

Dando cumprimento à norma da Emenda Constitucional n.º 1, que aboliu em todo o país o sistema de participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, a Lei Estadual n.º 3.600, de 14.11.69, reorganizou os quadros da Secretaria das Finanças e regulou a situação dos aposentados.

Essa lei extinguiu os cargos de Agente Fiscal, e de Fiscal de Rendas, criou o quadro de Agentes Fiscais de Tributos Estaduais e, finalmente, no seu art. 8.º, regulou a situação dos aposentados nos seguintes termos:

“Art. 8.º Os servidores aposentados, de acordo com o sistema de remuneração extinto pela presente lei, passarão a perceber, mensalmente, o equivalente à média dos proventos recebidos no período de janeiro a outubro de 1969, observado o disposto no art. 102 da Constituição Federal.”

O que os impetrantes pleitearam e obtiveram neste mandado de segurança foi a equiparação de vencimentos da classe extinta de Agentes Fiscais e de Fiscais de Rendas aos atuais Agentes Fiscais de Tributos Estaduais, o que contraria a *Súmula* n.º 339 e está vedado pelo parágrafo único do art. 98 da Constituição.

Tratando-se de norma que, nos termos do art. 108 da Constituição, se aplica aos funcionários dos Estados, sua violação abre ensejo a que se conheça do recurso pela letra *a*.

Dele conhecendo, dou-lhe provimento para cassar a segurança.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 74.565 — PB — Rel., Ministro Thompson Flores. Recte., Estado da Paraíba (Adv., José Alves de Oliveira). Recdos., Aloisio Feitosa de Menezes e outros (Adv., Alcino Guedes da Silva).

Decisão: Adiado o julgamento por haver pedido vista o Ministro Thompson Flores, depois do voto do Ministro Bilac Pinto que conhecia do recurso e lhe dava provimento.

Presidência do Sr. Ministro Barros Monteiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Oscar Corrêa Pina.

VOTO (REITERAÇÃO)

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): Em sessão de 24.11.72, assim relatei a controvérsia (*leu*).

2. Não conheci do recurso com base no parecer da Procuradoria-Geral da República, assim votando (*leu*).

3. Pedeu vista o eminente Ministro Bilac Pinto, o qual na sessão de 19.2.73 proferiu o seguinte voto (*leu*).

4. Para examinar o voto de S. Exa. já que dissentira do meu e o julgamento se iniciara há meses, pedi fosse o feito adiado para cotejar os dois votos. E, tendo feito, devolvo os autos para que possa prosseguir.

II. Com a vênua do eminente Ministro Bilac Pinto, mantenho o voto.

1. A dificuldade residuiu ao conhecimento, o qual não logrei transpor, porque as teses que integram o apelo extremo foram suscitadas, apenas, na via extrema.

Até então a discussão se fizera com simples interpretação do direito local.

2. Por isso é que, *preliminarmente*, não conheci do recurso. E porque do reexame das questões não percebi que diversa situação ocorresse, mantenho, *data venia*, o meu voto, firmado na preliminar do não conhecimento.

3. Caso vencido na prefacial, examinarei o *mérito*.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 74.565 — PB — Rel., Ministro Thompson Flores. Recte., Estado da Pa-

raíba (Adv., José Alves de Oliveira). Recdos., Aloísio Feitosa de Menezes e outros (Adv., Alcino Guedes da Silva).

Decisão: Adiado o julgamento por haver pedido vista o Ministro Xavier de Albuquerque, depois dos votos do Relator que não conhecia do recurso, e do Ministro Bilac Pinto que conhecia e dava provimento.

Presidência do Sr. Ministro Barros Monteiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Oscar Corrêa Pina.

VOTO (VISTA)

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque: Lei estadual da Paraíba, da adaptação do regime de funcionários fazendários a proibição constitucional de participação de servidores na arrecadação de tributos, reestruturou a carreira e regulou a situação dos aposentados. Aboliu os antigos cargos de Agente Fiscal e de Fiscal de Rendas, criou a carreira de Agente Fiscal de Tributos Estaduais, escalonada em três categorias, e dispôs sobre a reclassificação, nessas três categorias, dos que se achavam em atividade. Quanto aos inativos, determinou:

“Art. 8.º Os servidores aposentados, de acordo com o sistema de remuneração extinto pela presente lei, passarão a perceber, mensalmente, o equivalente à média dos proventos recebidos no período de janeiro a outubro de 1969, observado o disposto no § 2.º do art. 102 da Constituição do Brasil.”

Os recorridos eram, a esse tempo, funcionários já aposentados nos antigos cargos de Agente Fiscal ou Fiscal de Rendas, e tiveram seus proventos calculados na base da média dos últimos dez meses anterior à proibição constitucional. Como o resultado dessa média representaria e estratificação, para o futuro, da parte variável do

velho sistema de remuneração, pediram e obtiveram segurança para que a parte fixa correspondente ao padrão de vencimento, considerada na formação dos seus proventos, fosse também reajustada para os novos valores decorrentes da reorganização da carreira.

Do recurso extraordinário do Estado não conheceu o eminente Relator, por considerar que o decisão recorrida se conteve nos limites da interpretação e aplicação das leis estaduais. Ao contrário, dele conheceu e lhe deu provimento o eminente Ministro Bilac Pinto, por reputar contrariado o art. 98, parágrafo único, da Constituição, que veda equiparações e vinculações de qualquer natureza.

Examinei a matéria e cheguei à conclusão que, embora por fundamento diverso, coincide com a do eminente Ministro Bilac Pinto.

A lei estadual questionada fazia, no dispositivo que citei, expressa remissão à regra do art. 102, § 2.º, da Constituição Federal. Sua interpretação e aplicação, portanto, envolviam necessariamente a observância desse preceito constitucional. E precisamente esse preceito, ao lado do parágrafo único do art. 98, é dado como contrariado no recurso extraordinário.

Mostra o recorrente, sem contradita dos recorridos, que a lei reorganizadora da carreira fixou vencimentos e atribuiu gratificações que alcançariam, no máximo, 150% daqueles; e, por amostragem, pois são numerosíssimos os recorridos, observa que um deles passe a perceber na inatividade, a prevalecer a concessão de segurança, proventos superiores à remuneração total de um funcionário em atividade, enquadrado em categoria equivalente. Se essa consequência advém, como parece certo, do acórdão recorrido, não posso deixar de admitir haver ele, na aplicação da lei estadual, descurado a observância da regra constitucional federal a que ela própria, lei estadual, condiciona sua incidência. Em

outras palavras, a questão constitucional estava ínsita pelo próprio texto da lei estadual, na sua interpretação e aplicação.

É possível que nem todos os recorridos hajam passado a perceber, graças ao cumprimento do acórdão local, proventos superiores à remuneração dos seus colegas em atividade. É possível que alguns não hajam passado a perceber proventos superiores à remuneração que eles próprios tinham na atividade, corrigida esta com as revisões previstas na Constituição, quando aposentados já no regime da de 1967 e sem o favor do seu art. 177, § 1.º. A discriminação das hipóteses, porém, não pode ser feita em recurso extraordinário, razão igual para que o deslinde da questão não pudesse ter sido feito em mandado de segurança.

Em suma, conheço do recurso e lhe dou provimento para cassar a segurança, deixando ressalvadas, porém, as vias ordinárias, pelos motivos que referi a final.

VOTO (MÉRITO)

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): Senhor Presidente, no mérito, dou provimento ao recurso, com a mesma ressalva feita pelo eminente Ministro Xavier de Albuquerque.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 74.565 — PB — Rel., Ministro Thompson Flores. Recte., Estado da Paraíba (Adv., José Alves de Oliveira). Recdos., Aloísio Feitosa de Menezes e outros (Adv., Alcino Guedes da Silva).

Decisão: Conhecido e provido, vencido o Relator na preliminar.

Presidência do Sr. Ministro Barros Monteiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Oscar Corrêa Pina.